



Comissão de Economia e Obras Públicas

Informação

Projeto de Resolução n.º 1502/XII (4.ª)
– (PCP)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 01/07/2015

1. Dez Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 1502/XII (4.ª) – (PCP), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 29 de maio de 2015, tendo sido admitido a 03 de junho, data na qual baixou à Comissão de Economia e Obras Públicas.
3. A discussão do Projeto de Resolução (PJR) n.º 1502/XII (4.ª) – (PCP) ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), que apresentou o projeto de resolução em apreciação. Referiu que o então Governo do PS tinha suspenso esta linha, prometendo obras de requalificação que até ao momento não se tinham realizado. Realçou o facto de a região ser uma das mais pobres da União Europeia, sendo que as suas populações se veem agora com dificuldades acrescidas nas suas deslocações, uma vez que deixou de existir a alternativa rodoviária que foi criada aquando da suspensão desta linha e que, entretanto, foram também retirados os carris. O PCP propõe que seja garantido início da requalificação desta linha e que sejam adotadas as medidas necessárias para que a CP invista o valor arrecadado com a venda das automotoras ao Peru na requalificação de outras automotoras que possam ser utilizadas naquela linha.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Fernando Jesus (PS) e Paulo Cavaleiro (PSD).

Pelo Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) foi lembrado que a empreitada de beneficiação desta linha que estava em curso em 2010 foi suspensa por pressão política do PSD em 2010, para viabilização do orçamento do Estado para 2011. Depois, continuou, no Plano Estratégico de Transportes apresentado pelo atual Governo, esta linha desaparece. Referiu também uma pergunta que dirigiu ao Governo sobre esta matéria em fevereiro de 2014, à qual não obteve ainda resposta. Fez referência a contactos estabelecidos entre os então presidentes das câmaras municipais de Amarante e de Marco de Canaveses e a REFER para solucionar este

Comissão de Economia e Obras Públicas

problema, avançando com soluções alternativas, nomeadamente a criação de uma ecopista, tendo estado na altura prevista a assinatura de um protocolo. Concluiu, afirmando que o PS estava recetivo à retoma destes trabalhos, ponderando as alternativas possíveis.

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) afirmou que era necessário perceber se havia sustentabilidade para toda a linha, sabendo-se que a linha do Tâmega era a mais cara de todas, sendo mais barato assegurar a acessibilidade por autocarro. Lembrou as dificuldades vividas pelo país e revelou abertura para discutir projetos com sustentabilidade, tendo concluído lembrando que o próprio líder do PS tem dado indicações públicas de que o PETI 3+ era para cumprir.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS), para reiterar as suas afirmações sobre o diálogo entre os presidentes das câmaras municipais de Amarante e de Marco de Canavezes e a REFER para solucionar este problema mediante a assinatura de um protocolo, mediante o qual as câmaras municipais assumiam os custos dessa solução.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) afirmou que, para o PCP, a responsabilidade da situação que se vive nesta região é do PS, do PSD e do CDS-PP. Reiterou que o que o PCP pretendia, com esta iniciativa, era uma solução para estas populações, reabrindo e requalificando esta linha, mantendo o seu traçado e, inclusive, aproveitando o seu potencial turístico. Reiterou ainda a importância desta linha para a mobilidade das populações e as profundas dificuldades económicas que estas enfrentam. Concluiu, afirmando, que com o dinheiro que foi arrecadado pela venda das automotoras, o PCP propõe que se faça a requalificação de outras, não fechando a porta a outras soluções.

Numa segunda ronda de intervenções, tornaram a intervir os Senhores Deputados Paulo Cavaleiro (PSD), para realçar os termos resolutivos desta iniciativa e lembrar que o Governo aprovou recentemente legislação que permite que os municípios se organizem em termos de oferta de serviço público de transportes e passem a ter essa responsabilidade, e Diana Ferreira (PCP), para reafirmar que o PCP propõe que a requalificação se inicie até final de 2015 e não que esteja totalmente concluída até final do ano e responder que a proposta do PSD sobre a atuação dos municípios nesta área apenas realça a desresponsabilização do Governo quanto a estas matérias.



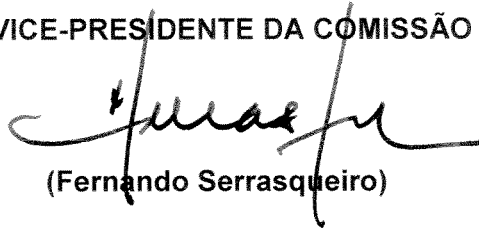
Comissão de Economia e Obras Públicas

4. O Projecto de Resolução n.º 1502/XII (4.ª) – (PCP) foi objeto de discussão na Comissão de Economia e Obras Públicas, em reunião de 01 de julho de 2015.

5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 08 de julho de 2015

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Fernando Serrasqueiro)